

JA Agronegócios
Comércio e
Distribuição de
Produtos
Veterinários Ltda.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2025**

KPDS 1899347

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código D1D3-CF4D-1AD9-4214.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código D1D3-CF4D-1AD9-4214.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da

JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda.

Franca – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Reconhecimento da receita

Ver notas explicativas nº 7.b e nº 19 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

Conforme descrito nas notas explicativas nº 7.b e nº 19 às demonstrações financeiras, a Empresa atua no segmento de saúde animal, especificamente na comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção e sua receita decorre substancialmente desta atividade. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do valor envolvido, do volume de transações e dos respectivos controles internos envolvidos no processo de reconhecimento da receita da Empresa.

Para responder a este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros:

(a) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Empresa relacionados ao reconhecimento de receita;

(b) teste, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Empresa, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto;

(c) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita, no contexto das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 26 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código D1D3-CF4D-1AD9-4214.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código D1D3-CF4D-1AD9-4214.

JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	96.333	71.613	Fornecedores	13	96.784	96.064
Contas a receber de clientes	10	133.379	111.810	Empréstimos	14 a)	6.165	5.746
Estoques	11	41.905	40.507	Nota comercial	14 b)	29.646	14.814
Imposto a recuperar		74	2.482	Arrendamento		79	301
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	223	-	Tributos a recolher		809	177
Adiantamentos a fornecedores		557	73	Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	-	1.385
Outros créditos		<u>158</u>	<u>163</u>	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		2.481	2.553
Total do ativo circulante		<u>272.629</u>	<u>226.648</u>	Lucros a pagar	16 b)	5.387	-
Não circulante				Outras obrigações		<u>4.495</u>	<u>4.280</u>
Realizável a longo prazo				Total do passivo circulante		<u>145.846</u>	<u>125.320</u>
Ativo fiscal diferido	12	<u>6.266</u>	<u>5.751</u>	Não circulante			
Total do realizável a longo prazo		<u>6.266</u>	<u>5.751</u>	Empréstimos	14 a)	43.917	4.286
Imobilizado		2.617	2.651	Nota comercial	14 b)	73.155	103.155
Intangível		<u>1</u>	<u>5</u>	Arrendamento		-	178
Total do ativo não circulante		<u>8.884</u>	<u>8.407</u>	Total do passivo não circulante		<u>117.072</u>	<u>107.619</u>
Total do ativo		<u>281.513</u>	<u>235.055</u>	Total do passivo		<u>262.918</u>	<u>232.939</u>
				Patrimônio líquido	16		
				Capital social		2.435	2.435
				Reserva de investimentos e expansão		4.309	-
				Lucros / (prejuízos) acumulados		<u>11.851</u>	<u>(319)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>18.595</u>	<u>2.116</u>
				Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>281.513</u>	<u>235.055</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	19	451.095	397.648
Custos dos produtos vendidos	20	<u>(275.902)</u>	<u>(271.179)</u>
Lucro bruto		<u>175.193</u>	<u>126.469</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	20	(114.900)	(98.719)
Provisão para perdas de crédito esperadas	20 e 22	(307)	(195)
Despesas gerais e administrativas	20	(16.827)	(15.093)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>1.088</u>	<u>(1.642)</u>
		<u>(130.946)</u>	<u>(115.649)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida e impostos		<u>44.247</u>	<u>10.820</u>
Receitas financeiras	21	12.820	4.618
Despesas financeiras	21	<u>(24.769)</u>	<u>(15.369)</u>
Resultado financeiro	21	<u>(11.949)</u>	<u>(10.751)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>32.298</u>	<u>69</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(10.948)	(1.586)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	<u>516</u>	<u>1.198</u>
	12	<u>(10.432)</u>	<u>(388)</u>
Resultado do exercício		<u>21.866</u>	<u>(319)</u>
Resultado por quotas			
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício básico e diluído por quotas	17	8,98	(0,73)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Resultado do exercício	21.866	(319)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>21.866</u></u>	<u><u>(319)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de investimentos e expansão	Lucros / (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024		435	-	21.517	21.952
Distribuição de lucros	16 b)	-	-	(21.517)	(21.517)
Aumento de capital social	16 a)	2.000	-	-	2.000
Resultado do exercício		-	-	(319)	(319)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.435	-	(319)	2.116
Resultado do exercício		-	-	21.866	21.866
Constituição de reserva de investimentos e expansão	16 c)	-	4.309	(4.309)	(4.309)
Distribuição de lucros	16 b)	-	-	(5.387)	(5.387)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		2.435	4.309	11.851	14.286

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		21.866	(319)
Ajustes de:			
Depreciações e amortizações		549	535
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	10.948	1.586
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(516)	(1.198)
Juros de empréstimos e nota comercial provisionados, variação cambial	14 a) e b)	23.243	13.608
Juros sobre arrendamento		28	60
Provisão para perdas de crédito esperadas	10 e 22	307	195
Ganho ou perda com derivativos		-	(231)
Resultado na venda de ativo imobilizado		1.092	-
Provisão/(Reversão) para obsolescência dos estoques	11	(1.424)	425
		56.093	14.661
Variações dos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	10	(21.876)	(23.504)
Estoques	11	26	11.560
Impostos a recuperar		2.214	(16)
Adiantamentos a fornecedores		(484)	(73)
Outros créditos		5	(63)
Fornecedores	13	720	39.316
Tributos a recolher		632	70
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(72)	1.754
Outras obrigações		216	1.052
Caixa gerado pelas operações		37.474	44.757
Juros pagos	14 a) e b)	(21.361)	(13.045)
Juros pagos de arrendamento		(43)	(32)
Imposto de renda e contribuição social pagos	12	(12.333)	(1.486)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.737	30.194
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado		(1.622)	(1.554)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.622)	(1.554)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e Nota Comercial pagos (principal)	14 a) e b)	(25.000)	(67.230)
Empréstimos e Nota Comercial tomados	14 a) e b)	48.000	117.099
Pagamento passivo de arrendamento		(395)	(288)
Lucros pagos	16 b)	-	(31.634)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		22.605	17.947
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		24.720	46.587
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	71.613	25.026
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	96.333	71.613
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		24.720	46.587

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código D1D3-CF4D-1AD9-4214.

JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Receitas (1)	465.941	409.209
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	464.689	408.772
Outras receitas	1.252	437
Insumos adquiridos de terceiros (2)	388.916	368.610
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	276.140	271.179
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	112.469	97.236
Provisão para perdas de crédito esperadas	307	195
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	77.025	40.599
Depreciação e amortização (4)	549	535
Valor adicionado líquido produzido pela Empresa (3) - (4) = (5)	76.476	40.064
Valor adicionado recebido em transferência (6)	12.820	4.618
Receitas financeiras	12.820	4.618
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6) = (7)	89.296	44.682
Distribuição do valor adicionado	89.296	44.682
Pessoal	17.374	14.848
Remuneração direta	16.704	14.329
Benefícios	383	298
F.G.T.S.	287	221
Impostos, taxas e contribuições	25.287	14.784
Federais	14.386	5.567
Estaduais	10.881	9.196
Municipais	20	21
Remuneração de capitais de terceiros	24.769	15.369
Juros	24.769	15.369
Remuneração de capitais próprios	21.866	(319)
Distribuição de lucros	5.387	21.517
Lucros (Prejuízo) retidos	16.479	(21.836)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Em 18 de dezembro de 2017, foi constituída a JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda. (“Empresa”). A Empresa é uma sociedade limitada, e suas atividades operacionais foram iniciadas em 21 de março de 2018.

A Empresa tem como objetivo a comercialização de medicamentos para a saúde animal e a armazenagem de produtos, e sua sede está localizada e domiciliada no Brasil, à Rua Tomaz Pedro do Couto, nº 630, bairro Polo Industrial Abílio Nogueira, na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

A Empresa possui três unidades operacionais, sendo uma no Estado de São Paulo, localizada na cidade de Franca, uma no Estado de Minas Gerais, localizada na cidade de Uberlândia, e uma no Estado do Rio Grande do Sul, localizada na cidade de Carazinho.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18, a Empresa faz parte de um grupo econômico e mantém transações de compra de medicamentos para a saúde animal por meio de contrato de compra e venda, em condições estabelecidas em contrato, junto à sua controladora JA Saúde Animal S.A. em montantes significativos em relação ao desempenho de suas operações.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de fevereiro de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Empresa, incluindo eventuais mudanças, estão apresentadas nas notas explicativas nº 5 e 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

3 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e, estimativas e sobre o futuro, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa, bem como os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas nº 10 e 22** - mensuração de perda estimada de crédito do contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e
- **Nota explicativa nº 12** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo de ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Empresa revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Caso a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, seja utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 22 – Instrumentos financeiros.

5 Mudanças nas políticas contábeis materiais

A Empresa não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras em e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

7 Políticas contábeis materiais

A Empresa aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato de cliente

A receita da Empresa deriva principalmente das vendas de medicamentos e serviços para saúde animal. As receitas decorrentes de venda de produtos, mercadorias são reconhecidas quando a entidade transfere o controle sobre o produtos e mercadorias ao cliente. Os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias, quando a entrega foi realizada, quando não existe direito de retorno e os preços são mensuráveis na data da venda, e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Empresa. Para devoluções, o passivo de reembolso e o ativo de direito de recuperar os bens devolvidos são reconhecidos. O direito de recuperar o ativo de mercadorias devolvidas é medido pelo valor contábil anterior do estoque menos quaisquer custos esperados para recuperar as mercadorias.

Os preços de venda são fixados com base em ordens de compra ou contratos e a receita é reconhecida líquida de descontos, e impostos sobre as vendas.

A receita operacional da venda de bens e ou serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos: (i) quando as partes de um contrato aprovarem este e estiverem comprometidas com seu cumprimento; (ii) quando a Empresa puder identificar os direitos de cada parte relacionado aos bens a serem entregues; (iii) quando puder identificar os termos de pagamento para os bens transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial; (v) quando for provável que a Empresa receberá a contraprestação à qual tem direito.

A receita de venda de bens são derivadas, basicamente, da venda de produtos e são reconhecidas quando o controle dos bens é transferido ao cliente, ou seja, na entrega do produto ao cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma significativa incerteza de sua realização. Os valores faturados, recebidos ou não, decorrentes de mercadorias a ser entregues no futuro, são considerados como redutores de ativo. Já os valores recebidos e não faturados decorrentes de mercadorias a ser entregues no futuro são considerados como passivo.

Parte das vendas da Empresa são realizadas na modalidade *Cost, Insurance and Freight* (“CIF”), na qual a Empresa é responsável pelo serviço de frete para a transferência de controle do produto ao cliente. De acordo com o CPC 47 / IFRS15, os custos com fretes nessas modalidades devem ser consideradas como uma obrigação de desempenho separada na qual uma proporção do preço da transação seria alocada e reconhecida conforme a efetiva prestação do serviço.

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Empresa não possui outros benefícios pós-emprego.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreende:

- Juros ativos e passivos;
- Descontos obtidos;
- Variação cambial ativa e passiva; e
- Outras receitas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Empresa de receber o pagamento é estabelecido. A Empresa classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento; e os dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa determina que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

A Empresa determina que o imposto mínimo complementar global - que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois - é um imposto de renda no escopo do CPC 32/IAS 12. A Empresa aplica a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios no momento da transação e (i) não afete nem o lucro ou prejuízo contábil ou tributável e (ii) não dá origem a diferenças temporárias e dedutíveis iguais.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, a menos que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de relatório subsequente à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é medido pelo custo amortizado se atender às duas condições abaixo e não é designado como medido pelo VJR:

- é mantida dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa relacionados apenas ao pagamento do principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como valor justo por meio do resultado. Inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro que, de outra forma, atende aos requisitos de mensuração ao custo amortizado, bem como ao valor justo por meio do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em VJORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em VJORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou

- a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa detém um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. *Capital social*

(i) *Quotas*

As quotas são classificadas como patrimônio líquido.

i. *Redução a valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- Com base em informações prospectivas razoáveis e sustentáveis, a Empresa conclui que é muito improvável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito para com a Empresa, sem ter que recorrer a ações judiciais; ou
- Informações sobre pagamentos em atraso quando não for possível confiar em informações prospectivas razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço indevido.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros são reconhecidas no resultado.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas apenas com a condição de que o valor contábil do ativo não exceda o novo valor contábil que teria sido calculado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda por redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determina que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

l. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Empresa que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Empresa. A administração determinou que o Conselho de Administração é o CODM (principal tomador de decisões operacionais). Todos os resultados operacionais são frequentemente revisados pelo CODM para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento a serem tomadas e para avaliação de seu desempenho para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Empresa não apresentou a informação por segmento conforme definido no CPC 22/IFRS 8 pois suas atividades são exercidas por meio de um único segmento operacional (farmacêutico).

As vendas da Empresa são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos.

m. Lucro líquido por quotas – básico e diluído

O lucro por quotas básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionista da Empresa e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O lucro por quotas diluído é calculado por meio da referida média das quotas em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em quotas, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

n. Demonstrações do valor adicionado

A Empresa está apresentando como informação complementar as demonstrações do valor adicionado - DVA, de acordo com o CPC 09.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Empresa na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Empresa quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros.

O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Empresa, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferidos à Empresa.

8 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Empresa não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18/CPC 51 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	2.451	8.971
Aplicação financeira	93.882	62.642
	<u>96.333</u>	<u>71.613</u>

As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em aplicações CDB e em fundo de renda fixa, indexadas à variação do CDI de 87% a 106% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (101,5 % a 110% em 31 de dezembro de 2024). As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação. O valor resgatado é equivalente ao valor aplicado adicionado dos rendimentos líquidos de impostos até o momento do resgate.

As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 22.

10 Contas a receber de clientes

	2025	2024
Cientes partes relacionadas (Nota explicativa nº 18)	38	22
Cientes mercado interno	135.018	112.941
Cientes mercado externo	32	249
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	<u>(1.709)</u>	<u>(1.402)</u>
	<u>133.379</u>	<u>111.810</u>

A Empresa, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

a. Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição da Empresa a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao “Contas a receber de clientes”, está divulgada na nota explicativa nº 22.

11 Estoques

	2025	2024
Produtos acabados	39.638	38.765
Material de embalagem	136	39
Material de uso e consumo	2.053	-
Produtos em poder de terceiros	-	1.665
Mercadoria para revenda	<u>78</u>	<u>38</u>
	<u>41.905</u>	<u>40.507</u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem o valor de realização.

A provisão para perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações financeiras.

A movimentação da provisão de perdas é como segue:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(327)	(752)
Adições	(1.882)	-
Reversões	458	425
Saldo no final do exercício	<u>(1.751)</u>	<u>(327)</u>

12 Ativos e passivos fiscais diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízo fiscal e base negativa	-	1.444	-	-	(1.444)	1.444
Provisão para perda esperada de créditos	580	477	-	-	104	67
Provisão de comissão	2.018	1.779	-	-	239	363
Provisão de <i>cut-off</i>	3.162	2.827	-	-	335	279
Provisão de participações nos lucros e resultados	500	-	-	-	500	-
Provisão para perdas nos estoque	595	111	-	-	484	(145)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	(78)
Provisão de devolução	298	-	-	-	298	-
Custos de transação empréstimos	-	-	(887)	(887)	-	(824)
Outros	-	-	-	-	-	92
	7.153	6.638	(887)	(887)	516	1.198
Compensação (*)	(887)	(887)	887	887	-	-
Total líquido	6.266	5.751	-	-	516	1.198

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	32.298	69
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota fiscal combinada	(10.981)	(23)
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	-	(687)
Adições/Exclusões	549	322
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(10.432)	(388)
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(10.948)	(1.586)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	516	1.198
	(10.432)	(388)
Alíquota efetiva	(32%)	(562%)

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de imposto de renda e contribuição social

	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial do ano	-	-	1.385	1.285
Provisão de imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	10.948	1.586
Imposto de renda e contribuição social compensados/pagos antecipadamente	223	-	(12.333)	(1.486)
Saldo final do ano	223	-	-	1.385

13 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores partes relacionadas (Nota explicativa nº 18)	95.098	93.425
Fornecedores mercado interno	1.686	2.639
	96.784	96.064

A informação sobre a exposição da Empresa aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 22.

14 Empréstimos e Nota comercial

a. Empréstimos

	Moeda	Taxa média de juros nominal a.a	Ano do vencimento	2025	2024
Capital de Giro	R\$	CDI + 1,9% a.a	2028	50.082	10.032
				<u>50.082</u>	<u>10.032</u>
Passivo circulante				6.165	5.746
Passivo não circulante				43.917	4.286

Os empréstimos são garantidos conforme abaixo, dependendo do tipo de operação:

Tipo de operação	Garantia prestada
Capital de Giro	Duplicatas do saldo principal, físicas ou escriturais, de emissão das garantidoras contra seus clientes.

b. Nota comercial

	Moeda	Taxa média de juros nominal a.a	Ano do vencimento	2025	2024
Nota comercial (i)	R\$	CDI + 2,5% a.a	2029	102.801	117.969
				<u>102.801</u>	<u>117.969</u>
Passivo circulante				29.646	14.814
Não circulante				73.155	103.155

- (i) Em 10 de julho de 2024, a Empresa emitiu 120.000 notas comerciais no montante total de R\$ 120.000, com vencimentos mensais a partir de 20 de julho de 2025 até 20 de junho de 2029 ao custo de CDI mais 2,5% a.a, as notas comerciais contarão com a garantia real de R\$ 36.000 de alienação fiduciária e cessão fiduciária, e garantia fidejussória adicional da fazenda dos sócios.

Reconciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes da atividade de financiamento

	Empréstimos	Nota Comercial	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	10.032	117.969	128.001
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Empréstimos captados	48.000	-	48.000
Amortização de principal	(10.000)	(15.000)	(25.000)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	38.000	(15.000)	23.000
Outras variações			
Provisão de juros	4.881	18.362	23.243
Pagamento de juros	(2.831)	(18.530)	(21.361)
Total de outras variações	2.050	(168)	1.882
Saldo em 31 de dezembro de 2025	50.082	102.801	152.883

	Empréstimos	Instrumentos financeiros derivativos	Nota Comercial	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	77.569	231	-	77.800
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Empréstimos captados	-	-	117.099	117.099
Amortização de principal	(67.230)	-	-	(67.230)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(231)	-	(231)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(67.230)	(231)	117.099	49.638
Outras variações				
Provisão de juros	5.599	-	7.825	13.424
Pagamento de juros	(5.906)	-	(6.955)	(12.861)
Total de outras variações	(307)	-	870	563
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.032	-	117.969	128.001

A Empresa está sujeita ao cumprimento de determinadas cláusulas contratuais (“*Covenants*”) que estabelecem o vencimento antecipado de empréstimos e Nota comercial. Caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento nos contratos de empréstimos e Nota comercial, em decorrência de determinadas situações entre elas, o vencimento antecipado de outros contratos (*cross-acceleration ou cross-default*) os respectivos empréstimos e Nota comercial a eles vinculados poderão ser considerados vencidos antecipadamente pelos credores.

A Empresa estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

15 Provisão para processos judiciais

A Empresa, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliam a probabilidade de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de natureza trabalhista, cível, ambiental e tributária. A provisão, para fazer face às prováveis perdas futuras, é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não havia provisões para contingências com avaliação de provável.

A Empresa possui contingência passiva fiscal em andamento, cujas avaliações, efetuadas pela administração e por seus assessores jurídicos, sejam consideradas como risco de perda possível, em um valor de zero em 31 de dezembro de 2025 (zero em 31 de dezembro de 2024).

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas ao imposto de renda de exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva das declarações de imposto de renda no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Dessa forma, com base na opinião de seus consultores legais, a administração da Empresa entende que todos os tributos e demais obrigações assumidas pela Empresa tem sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a provisão para contingências foi avaliada pela administração como suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado da Empresa é de R\$ 2.435 (R\$ 2.435 em 31 de dezembro de 2024) representado por 2.435.000 quotas, sem valor nominal, com direito a voto.

Em 31 de dezembro de 2024, conforme 9º alteração do contrato social, a Empresa aumentou capital no valor de R\$ 2.000 com a emissão de 2.000 quotas, integralizadas na mesma data.

b. Distribuição de dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram constituídos dividendos adicionais em um valor R\$ 5.387 (R\$ 21.517 em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Saldo inicial do ano	-	10.117
Provisão de Lucros	5.387	21.517
Dividendos pagos	-	(31.634)
Saldo final do ano	5.387	-

c. Reserva de investimento e expansão

Parcela remanescente do lucro líquido que tem por finalidade reforçar o capital social e de giro da Empresa, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Conforme Contrato Social da Empresa a reserva será constituída ao equivalente a 20% do lucro remanescente do exercício.

17 Resultado por quotas

O cálculo do lucro básico por quotas foi feito com base no lucro líquido atribuído ao acionista e na média ponderada das quotas em circulação.

A Empresa não possui quotas ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em quotas ordinárias. Assim, o lucro básico e diluído por quotas são equivalentes.

A tabela abaixo mostra a reconciliação do lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por quotas:

Denominador básico – Número de quotas por quotistas	2025	2024
Quotas	2.435.000	2.435.000
Total	<u>2.435.000</u>	<u>2.435.000</u>
Lucro / (Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas controladores (a)	21.866	(319)
Número médio de ações diluída (b)	<u>2.435.000</u>	<u>435.000</u>
Resultado por ação básico e diluído (reais) (a) / (b)	<u>8,98</u>	<u>(0,73)</u>

18 Partes relacionadas

Controlador final

A controladora final da Empresa é a JA Saúde Animal S.A. com 100%.

Operação com pessoal chave da Administração

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa contabiliza despesa com remuneração de seu pessoal-chave no montante de R\$ 455 (R\$ 390 em 2024). Toda a remuneração refere-se a benefícios de curto prazo. O pessoal-chave da Administração é composto pelos Diretores da Empresa.

No exercício de 2025 e 2024 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho, nem remuneração baseada em ações.

Benefícios a empregados

A Empresa fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: assistência médica, seguro de vida e vale alimentação. Em 2025 os benefícios apresentados representaram a aplicação de R\$ 286 (R\$ 253 em 2024).

Garantia fornecida

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os acionistas controladores, conforme nota explicativa nº 14, forneceram garantias para os empréstimos das modalidades operacionais Capital de Giro e Nota Comercial.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com Empresa:

	Ativo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 10)				
JA Saúde Animal S.A. (i)	38	22	-	19
	38	22	-	19
	Passivo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores (nota explicativa nº 13)				
JA Saúde Animal S.A (ii) e (iii)	95.098	93.425	(248.877)	(239.477)
Fabiani Saúde Animal Ltda.	-	-	-	(27.596)
	95.098	93.425	(248.877)	(267.073)

- (i) São valores a receber decorrentes de vendas a prazo de mercadorias, oriundas de transações operacionais normais, ou seja, das vendas de produtos para JA Saúde Animal S.A.;
- (ii) Compras de produtos referente aos medicamentos veterinários da controladora JA Saúde Animal S.A. em condições específicas para empresas controladas; e
- (iii) Valores de despesas compartilhadas entre a Controladora JA Saúde Animal S.A.

19 Receita líquida

a. Fluxos de receitas

A Empresa gera receita pela venda de medicamentos para saúde animal. Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2025	2024
Receita		
Venda de produtos mercado interno	467.548	409.809
Venda de produtos mercado externo	-	140
	<u>467.548</u>	<u>409.949</u>
(-) Deduções das vendas		
(-) Imposto sobre vendas	(14.859)	(11.570)
(-) Devoluções e abatimentos	(1.594)	(731)
	<u>(16.453)</u>	<u>(12.301)</u>
Receita líquida	<u><u>451.095</u></u>	<u><u>397.648</u></u>

(i) Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transferem o controle sobre o produto ao cliente.

Tipo de produto	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/IFRS 15
Medicamentos para saúde animal	Os clientes obtêm controle dos medicamentos quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do mesmo, considerando ainda a responsabilidade sobre o frete (CIF ou FOB). As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Não há nenhum desconto padrão para as vendas de medicamentos para saúde animal e também não existe nenhum programa de fidelidade que possamos identificar como uma obrigação de desempenho de modo aplicável ao CPC 47/IFRS 15.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Entretanto, realiza-se o estorno de 100% de todas notas fiscais faturadas e não entregues, baseadas nas informações de entregas das mercadorias.

20 Despesas por natureza

	2025	2024
Materia prima e material de uso e consumo	285.826	278.845
Despesas de depreciação e amortização	550	557
Comissões	28.987	24.172
Despesas com prestadores de serviços	56.212	46.030
FreteS	13.054	11.440
Despesas com funcionários	6.343	7.015
Honorários da administração	455	390
Despesas com manutenção	633	640
Despesas com marketing	14.260	12.857
Outras despesas, líquidas	1.616	3.240
	407.936	385.186
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos	(275.902)	(271.179)
Despesas com vendas	(114.900)	(98.719)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(307)	(195)
Despesas administrativas e gerais	(16.827)	(15.093)
	(407.936)	(385.186)

Em 31 de dezembro de 2025, o custo dos produtos vendidos oriunda de transações operacionais na compra de mercadoria da controladora JA Saúde Animal S.A. totaliza R\$ 248.877 (R\$ 239.477 em 2024), conforme nota explicativa nº 18.

21 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros ativos	584	562
Rendimentos de aplicações financeiras	12.197	3.688
Varição cambial ativa	39	368
	12.820	4.618
Despesas financeiras		
Juros passivos	(23.259)	(13.144)
Juros - Arrendamento CPC 02/IFRS 16	(31)	(60)
Tarifas e despesas bancárias	(433)	(911)
I.O.F	(9)	(1)
Outras despesas financeiras	(1.037)	(1.253)
	(24.769)	(15.369)
Resultado financeiro	(11.949)	(10.751)

22 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Valor contábil			Total contábil	Valor justo
		Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 2
31 de dezembro de 2025						
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	2.451	-	2.451	-
Aplicações financeiras	9	93.882	-	-	93.882	93.882
Contas a receber de clientes e outros créditos	10	-	133.537	-	133.537	-
Total		93.882	135.988	-	229.870	93.882
Passivos financeiros						
Fornecedores	13	-	-	96.784	96.784	96.784
Empréstimos	14 a)	-	-	50.082	50.082	52.307
Nota comercial	14 b)	-	-	102.801	102.801	105.561
Arrendamento		79	-	-	79	79
Outras obrigações		-	-	4.495	4.495	4.495
Total		79	-	254.162	254.241	259.226
31 de dezembro de 2024						
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	8.971	-	8.971	-
Aplicações financeiras	9	62.642	-	-	62.642	62.642
Contas a receber de clientes e outros créditos	10	-	111.973	-	111.973	-
Total		62.642	120.944	-	183.586	62.642
Passivos financeiros						
Fornecedores	13	-	-	96.064	96.064	96.064
Empréstimos	14 a)	-	-	10.032	10.032	9.918
Nota comercial	14 b)	-	-	117.969	117.969	103.496
Arrendamento		479	-	-	479	479
Outras obrigações		-	-	4.280	4.280	4.280
Total		479	-	228.345	228.824	214.237

b. Mensuração do valor justo

O valor justo das contas a receber de clientes e demais contas a receber é estimado como sendo o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas das demonstrações financeiras que correspondem aos valores contábeis.

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(i) Técnicas de avaliação e dados não observáveis significativos

Tipo	Técnica de avaliação	Entradas não observáveis significativas
Outros passivos financeiros (*)	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado usando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Não aplicável

(*) Outros passivos financeiros incluem empréstimos e Nota comercial.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração e o Conselho têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, buscam manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Empresa incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

A Empresa usou uma abordagem similar à utilizada para títulos de dívida na avaliação da perda de crédito esperada em caixa e equivalentes de caixa.

Clientes e outros recebíveis

A área de crédito é responsável por estabelecer limites para todos os clientes que efetuarem transações a prazo. Os parâmetros da definição de limites de crédito são:

- (a) Informações de mercado (Serasa e *network* com outras empresas);
- (b) Análise financeira sobre as demonstrações contábeis; e
- (c) Constituição de garantias através de cédula de produtor rural (CPR), Aval, etc.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.451	8.971
Aplicações financeiras	9	93.882	62.642
Contas a receber de clientes e outros créditos	10	133.537	111.973
Total		229.870	183.586

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras foi a seguinte:

	2025	2024
A vencer:	130.612	108.703
Vencidas:		
Até 30 dias	1.352	2.408
De 31 a 60 dias	599	295
De 61 a 90 dias	604	160
De 91 a 120 dias	441	184
De 121 a 150 dias	781	132
De 151 a 180 dias	232	611
Acima de 180 dias	467	719
	4.476	4.509
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.709)	(1.402)
	133.379	111.810

As mudanças na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes durante o ano estão apresentadas na tabela a seguir:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(1.402)	(1.207)
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(2.539)	(195)
Reversão para <i>impairment</i> de contas a receber	<u>2.232</u>	<u>-</u>
Saldo no final do exercício	<u>(1.709)</u>	<u>(1.402)</u>

A Empresa adota a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente, considerando as garantias existentes.

A constituição e a reversão da provisão para contas a receber ("*impairment*") foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas" (Nota explicativa nº 20). Os valores são geralmente baixados da conta de provisão quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A Empresa busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa altamente negociáveis em um montante superior as saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Empresa gerencia suas entradas e saídas de caixa em bases mensais, trimestrais e anual. A análise mensal é realiza projetando-se as entradas e saídas de caixa numa base diária.

Os quotistas da Empresa tem compromisso formal de atender as necessidades de caixa da Empresa até o término total do projeto, bem como o de suprir recursos para atender as necessidades de caixa da planta em operação.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2025	2024
Fornecedores	13	96.784	96.064
Empréstimos	14 a)	50.082	10.032
Nota comercial	14 b)	102.801	117.969
Arrendamento		79	479
Outras obrigações		4.495	4.280
Total		254.241	228.824
Passivo circulante		137.169	121.205
Passivo não circulante		117.072	107.619

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros, estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	1 a 2 Anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos
31 de dezembro de 2025							
Fornecedores	96.784	96.784	96.784	-	-	-	-
Empréstimos	50.082	60.889	6.206	9.871	18.053	16.247	10.512
Nota comercial	102.801	123.296	11.337	36.959	30.000	30.000	15.000
Arrendamento	79	81	81	-	-	-	-
Outras obrigações	4.495	4.495	4.495	-	-	-	-
Total	254.241	285.545	118.903	46.830	48.053	46.247	25.512
31 de dezembro de 2024							
Fornecedores	96.064	96.064	96.064	-	-	-	-
Empréstimos	10.032	11.356	6.797	4.559	-	-	-
Nota comercial	117.969	118.659	15.504	28.155	30.000	30.000	15.000
Arrendamento	479	520	335	185	-	-	-
Outras obrigações	4.280	4.280	4.280	-	-	-	-
Total	228.824	230.664	122.874	32.790	30.000	30.000	15.000

Não é esperado que os fluxos de caixa incluído na análise de maturidade da Empresa possa ocorrer significativamente mais cedo, ou com valores diferentes dos indicados acima.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Exposição a riscos cambiais

A Empresa está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais os derivativos, compras e empréstimos são denominados, e a moeda funcional da Empresa. A moeda funcional da Empresa é o Real (R\$).

	2025			2024		
	Ptax	R\$	USD	Ptax	R\$	USD
Passivos financeiros						
Cientes	5,502	32	6	6,192	249	40
Exposição líquida		32	6		249	40

Análise de sensibilidade - Risco de moeda

A Empresa efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício à variação monetária do dólar de acordo com as premissas a seguir. O cenário I, é o cenário base corresponde à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras. Os cenários alternativos (II e III) consideram variações positivas e negativas de 5% e 10% em relação ao cenário base. A Empresa entende que esses percentuais atendem sua necessidade, já que a exposição é basicamente risco de taxa de juros e possui baixa volatilidade.

A análise de sensibilidade foi elaborada considerando que as referidas variações cambiais tivessem ocorrido na data das demonstrações financeiras e fossem aplicadas às exposições cambiais existentes naquela data. Os efeitos decorrentes dessas variações, segregados entre aumento e redução da taxa de câmbio, estão apresentados nas tabelas a seguir:

31 de dezembro de 2025	Moeda	Câmbio	R\$ Provável	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
				Elevação em R\$		Redução em R\$			
				5%	10%	5%	10%		
Ativos financeiros									
Cientes	USD	5,502	32	2	3	(2)	(3)		
Impacto no resultado e patrimônio líquido			32	2	3	(2)	(3)		

Fontes: a informação Dolar foi extraído da base do Banco Central, na data-base do último dia útil de dezembro de 2025.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Empresa decorre, substancialmente, de aplicações financeiras e de empréstimos e Nota Comercial.

Como política, as aplicações e parte significativa dos empréstimos e Nota Comercial são indexados a taxas pós-fixadas (Certificado de Depósito Interbancário - CDI), representando um *hedge* natural entre os saldos.

O risco associado é oriundo da possibilidade da Empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e Nota comercial. Além disso, a administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Ademais, a Empresa tem parte de sua dívida bancária atualizada por taxas de juros pré-fixadas, para as quais busca ter como teto o Certificado de Depósito Interbancário - CDI médio previsto para o prazo de vigência das operações.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Empresa era:

	Nota	2025	2024
Ativo financeiro			
Aplicações financeiras	9	93.882	62.642
Passivo financeiro			
Empréstimos	14 a)	(50.082)	(10.032)
Nota comercial	14 b)	(102.801)	(117.969)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo dos instrumentos, e nas taxas de juros, a Empresa efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário base corresponde às taxas e índices vigentes na data das demonstrações financeiras. Os cenários alternativos consideram variações positivas e negativas de 1% e 2% em relação ao cenário base. A Empresa entende que esses percentuais atendem sua necessidade, já que a exposição é basicamente risco de taxa de juros e possui baixa volatilidade.

A análise de sensibilidade foi elaborada considerando que as referidas variações nas taxas e índices tivessem ocorrido na data das demonstrações financeiras e fossem aplicadas às exposições existentes naquela data. Os efeitos decorrentes do aumento ou da redução das taxas de juros e índices estão apresentados nas tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – Apreciação das taxas

Instrumentos	Nota	Exposição em 2025	Risco	Cenários					
				Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	9	93.882	CDI	14,90%	13.988	15,05%	14.129	15,20%	14.270
Passivos financeiros									
Capital de Giro	14 a)	(50.082)	CDI	14,90%	(7.462)	15,05%	(7.537)	15,20%	(7.611)
Nota Comercial	14 b)	(102.801)	CDI	14,90%	(15.317)	15,05%	(15.471)	15,20%	(15.624)
					(8.791)		(8.880)		(8.967)
Impacto no resultado e patrimônio líquido							(89)		(176)

Fontes: a informação CDI foi extraída da base da CETIP na data-base do último dia útil de dezembro de 2025

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – depreciação das taxas

Instrumentos	Nota	Exposição em 2025	Risco	Cenários					
				Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	9	93.882	CDI	14,90%	13.988	14,75%	13.848	14,60%	13.709
Passivos financeiros									
Capital de Giro	14 a)	(50.082)	CDI	14,90%	(7.462)	14,75%	(7.388)	14,60%	(7.313)
Nota Comercial	14 b)	(102.801)	CDI	14,90%	(15.317)	14,75%	(15.164)	14,60%	(15.011)
					(8.791)		(8.703)		(8.614)
Impacto no resultado e patrimônio líquido							89		176

Fontes: a informação CDI foi extraída da base da CETIP na data-base do último dia útil de dezembro de 2025

* * *

Composição Diretoria

Jose Abdo de Andrade Hellu
Presidente

Heitor Dias Caetano
Diretor Financeiro

Suellen Cristina Silva
Contadora - CRC/SP- 314900/O-3

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/D1D3-CF4D-1AD9-4214>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: D1D3-CF4D-1AD9-4214



Hash do Documento

8DD223B32422AFDDABFFEB21E582D09A81BB3E7344FCD97889A827573ADB5254

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/02/2026 é(são) :

Daniel Marino de Toledo - 215.991.288-37 em 26/02/2026 20:09

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital